

Antónia Barreto

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

antonia@ipleiria.pt

A reforma do ensino secundário em São Tomé e Príncipe. Apresentação do projeto Escola+

Está a decorrer em São Tomé e Príncipe a reforma do ensino secundário, enquadrada por um projeto da cooperação portuguesa, o projeto ESCOLA +, coordenado pela Fundação Marquês de Valle Flôr e com recurso a várias parcerias, entre elas a do Instituto Politécnico de Leiria. O projeto ESCOLA + estruturou-se em cinco vetores: formação em gestão e administração escolar de diretores, formação pedagógica de supervisores, atualização do currículo escolar, disponibilização de manuais escolares e criação de inspetores do ensino secundário. A implementação levou à identificação de outras dimensões de intervenção e a algumas alterações da proposta inicial. Impõe-se a reflexão avaliativa sobre resultados já obtidos, processos desenvolvidos, constrangimentos e condicionalismos favoráveis, tendo em vista a sustentabilidade da reforma.

Palavras-chave: reforma do ensino secundário de São Tomé e Príncipe, projeto Escola +, cooperação descentralizada

In São Tomé and Príncipe is being implemented a reform of secondary education, framed by a Portuguese cooperation project, the project SCHOOL +, coordinated by the Foundation Marquês de Valle Flôr and others partnerships, like the Polytechnic Institute of Leiria. The project SCHOOL + is structured into five vectors: management training for principals and school administration, teacher training of supervisors, curriculum reform, production of textbooks and training inspectors for secondary education. The implementation allowed the identification of other needs and caused some changes in the initial proposal. At this moment it's necessary evaluative reflection about results already obtained, processes, constraints and favorable conditions, in view of the sustainability of the reform.

Introdução

São Tomé e Príncipe herdou um sistema de educação colonial marcado por grande analfabetismo, existência de uma única escola de ensino pós-primário e ausência de ensino profissional. Já no período de independência houve um alargamento do ensino básico obrigatório até à 6ª classe e nos últimos anos verificou-se a sua universalização. Também o ensino secundário (da 7ª à 11ª classes) tem vindo a ser alargado e hoje existe o 1º ciclo do ensino secundário (7ª à 9ª classes) em todos os distritos (Água Grande, Me-zochi, Lobata, Lembá, Cantagalo, Caué) e na região autónoma do Príncipe. O 2º ciclo do ensino secundário está confinado ao liceu nacional de São Tomé e à escola do Príncipe.

Elaboração do projeto

O ensino secundário desde a independência do país vinha sendo apoiado pela cooperação portuguesa, traduzindo-se fundamentalmente esse apoio na lecionação de professores cooperantes no liceu nacional e a partir de 2006-2007 na implementação de cursos profissionalmente qualificantes. A partir de 2009 esta forma de cooperação foi aprofundada pela atribuição da tarefa de colaboração com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) na implementação da reforma do ensino secundário, no seguimento da reforma do ensino básico em curso desde 2004. O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) atribuiu à ONG Marquês de Valle Flôr, organização com larga experiência no âmbito do apoio à saúde de base em São Tomé e Príncipe, a tarefa de conceber e implementar a participação portuguesa nessa reforma. Feito o diagnóstico da situação foi elaborado o projeto ESCOLA+, aprovado pelo MEC de São Tomé e Príncipe e pelo IPAD, suportado pelo Fundo da Língua Portuguesa. Foram aprovados 4 anos para a implementação do projeto.

Dimensões do projeto e sua implementação

O diagnóstico da situação do ensino secundário em 2008 levou à definição de 5 vertentes de intervenção:

- Formação dos diretores e gestores escolares na área da administração e gestão escolar;
- Formação dos supervisores escolares;
- Reforma dos programas do ensino secundário;
- Elaboração de manuais escolares;
- Formação de inspetores do ensino secundário.

A estas dimensões foram acrescentadas outras ao longo do projeto que iremos também apresentar.

Formação dos diretores e gestores escolares na área da administração e gestão escolar - Curso de formação em Administração e Gestão Escolar

Este curso decorreu ao longo do ano letivo 2009-2010. A abordagem dos conteúdos, centrada no contexto de São Tomé e Príncipe, foi orientada para o conhecimento dos problemas existentes e a partir deles passar para o conhecimento de teorias interpretativas desses problemas e proposta de soluções.

O Plano curricular do curso de formação é o seguinte:

Unidades Curriculares	Objetivos	Núm. de Horas
Administração escolar	<ul style="list-style-type: none"> Familiarizar os formandos com conceitos, princípios e normas reguladoras de praticas de administração em contextos escolares. Proporcionar conhecimentos e instrumentos conducentes a intervenções fundamentadas no âmbito da administração escolar Desenvolver capacidades de análise de quadros orientadores Conhecer a legislação Santomense relativa ao sector educativo 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Psicossociologia das organizações escolares	<ul style="list-style-type: none"> Analisar as funções dos vários atores na organização escolar; Analisar situações educativas; 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Organização escolar e gestão pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> Familiarizar os formandos com conceitos, princípios e normas reguladoras de praticas da organização e da gestão escolares Analisar dimensões organizacionais e pedagógicas da escola e do trabalho escolar 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Informática e estatística aplicadas à educação	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer ferramentas informáticas de suporte as tarefas de direção e de gestão Analisar e interpretar dados estatísticos 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Planificação, gestão e avaliação de projetos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver competências no âmbito da conceção, desenvolvimento e avaliação de projetos; Analisar as atividades escolares como projetos educativos; 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Projeto	<ul style="list-style-type: none"> Nesta unidade curricular o formando deve desenvolver um projeto de trabalho devidamente fundamentado, a partir de situações concretas relacionadas com a gestão e administração escolar. 	14 h presenciais 30 h trabalho autónomo

Tabela 1 - Plano curricular do curso de Administração e Gestão Escolar.

O curso foi lecionado por docentes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria em regime presencial intensivo e foi frequentado por 3 elementos das oito escolas secundárias existentes na altura.

A formação teórica decorreu nas instalações do liceu nacional no período da manhã, para que as atividades de direção não fossem interrompidas, com exceção da direção do Príncipe. Ao longo da formação constatámos que alguns dos participantes desconheciam a maior parte dos assuntos abordados e nos casos em que havia já algum conhecimento conceptual foi evidente o hiato existente entre o que conheciam, fruto de alguma formação teórica obtida nos cursos de bacharelato (não existe no entanto qualquer formação em administração escolar) e a aplicação prática nas respetivas escolas. Sobretudo no início da formação, o espírito era de descrença na possibilidade de, enquanto direção, provocarem alterações na débil qualidade do sistema de ensino secundário santomense. Verificámos também que raramente tinham uma visão de conjunto das suas escolas e das escolas do país. As sistemáticas problematizações ao longo da parte teórica da formação ajudaram a ultrapassar barreiras, a assumir fragilidades, a criar expectativas.

A unidade de formação projeto de intervenção foi iniciada com uma semana de formação na cidade de São Tomé e com reuniões nas várias escolas. Essas reuniões contaram com a participação de outros elementos da escola (por exemplo, na escola secundária da Trindade contou com a participação de todos os delegados de disciplina). Em quase todas as escolas constatámos o precário nível da gestão e da administração e o desfasamento entre muitas das descrições e análises apresentadas ao longo da formação teórica pelos formandos, justificadas talvez pela dificuldade em descrever com realismo e avaliar a organização que se gere. Constatámos que alguns dos formandos tem imensa dificuldade em transpor para situações práticas e integradas o conteúdo da formação, daí a necessidade de apoio. Por parte de alguns o problema é ainda mais profundo: situa-se na falta de controlo hierárquico que têm sobre professores, alunos, funcionários e recursos, fruto também de um sistema educativo que não orienta, não monitoriza nem avalia. A formação foi encerrada com a apresentação pública dos projetos educativos das escolas e sua avaliação.

Formação dos supervisores escolares. Curso de gestão curricular e supervisão pedagógica

Este curso decorreu ao longo do ano letivo 2009-2010. A abordagem dos conteúdos centrada no contexto de São Tomé e Príncipe, foi orientada tal como o curso de formação da direção das escolas para a identificação de problemas, conhecimento de teorias interpretativas desses problemas e proposta de soluções.

Foi frequentado por 49 docentes, todos de São Tomé, distribuídos por duas turmas, deixando-se ao critério das direções das escolas a indicação dos docentes que iriam frequentar o curso que teve a duração de um ano letivo.

O Plano curricular do curso de formação é o seguinte:

Unidades Curriculares	Objetivos	Número de Horas
Gestão curricular	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a organização e a dinâmica curriculares que caracterizam o sistema educativo. • Conhecer instrumentos curriculares facilitadores de intervenções pedagógicas promotoras de sucesso 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Psicologia educacional e relações interpessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre competências e atitudes relevantes para a prática pedagógica • Identificar, caracterizar e encontrar forma de promover as competências interpessoais na relação educativa 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Supervisão pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer processos de dinamização e coordenação científica e pedagógica em contexto escolar. • Desenvolver competências no âmbito do apoio a professores e alunos. 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Dificuldades de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as dificuldades mais frequentes no ensino secundário de São Tomé e Príncipe • Identificar e analisar procedimentos e recursos promotores do sucesso educativo 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Avaliação da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da aprendizagem • Conhecer modelos e processos de avaliação da aprendizagem • Construir e avaliar diferentes instrumentos de avaliação 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Nesta unidade curricular o formando deve desenvolver um projecto de trabalho devidamente fundamentado, a partir de situações concretas relacionadas com a gestão do currículo e supervisão escolar. 	14 h presenciais 30 h trabalho autónomo

Tabela 2 - Plano curricular do curso de Gestão Escolar e Supervisão Pedagógica.

O curso foi lecionado por docentes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria em regime presencial. Também neste curso a unidade curricular projeto assentou na realização de um projeto de intervenção, implicando a mobilização das aprendizagens feitas numa situação de supervisão de aula enquanto delegado de disciplina.

Os formandos eram delegados de disciplinas (com exceção de Porto Alegre em que são os 2 únicos professores das suas disciplinas) mas desempenhando papéis de abrangência diferente nas várias escolas e pertencendo a coletivos com diferentes pesos no funcionamento dessas escolas. Tinham diferentes perfis de formação e de experiência de ensino mas a maior parte não tinha formação anterior sobre gestão curricular e supervisão.

O período inicial de formação foi marcado por alguma dificuldade na definição de quem frequentaria o curso, questão que a rotina diária dos horários acabou por clarificar.

Metodologicamente utilizou-se com grande frequência o trabalho em grupo a partir de questões orientadoras, sendo as respostas enquadradas pelo suporte teórico apresentado pelos formadores que desta forma contornaram a falta de contacto específico com a realidade do sistema de ensino de São Tomé e Príncipe. Houve a preocupação em ilustrar as situações problematizadas recorrendo ao vídeo. Esta metodologia revelou-se bastante motivadora, colocando docentes das várias escolas secundárias a falarem sobre situações específicas, a identificarem as suas dificuldades e a elaborarem propostas. À medida que a formação decorreu verificou-se um aumento na qualidade das intervenções por parte de alguns formandos, demonstrando esforço para obter um bom desempenho.

A segunda parte da formação incidiu sobre a realização de um projeto de intervenção nas respetivas escolas, no âmbito da elaboração e implementação do projeto educativo ou da supervisão da sua área disciplinar. Com este projeto pretendeu-se a elaboração de diagnósticos pertinentes das escolas secundárias santomenses e a implementação de algumas medidas para resolução a curto prazo de alguns problemas, tendo em vista um exercício supervisionado de construção do projeto educativo do estabelecimento ou de projetos de supervisão disciplinar, que mais tarde com metodologias já consolidadas, poderão ser rotinas de cada escola, devidamente enquadradas pela legislação escolar.

Verificou-se ao longo da formação a existência de diferentes níveis de conhecimentos e de empenho por parte dos formandos mas a mobilização da sua participação, a constante referenciação e aplicação à sua realidade, o sistema de avaliação da formação, ajudaram a criar expectativas positivas face ao papel do delegado de disciplina, à profissão e à carreira docente. Este trabalho foi nos anos seguintes continuado pelos agentes da cooperação portuguesa na tarefa de apoio à implementação dos programas da reforma: os delegados de disciplina, agora a nível de ciclo e não de ano como até aqui, reuniram sistematicamente para planificação de aulas, implementação do processo de avaliação da aprendizagem, apropriação de instrumentos de supervisão. Os agentes da cooperação portuguesa deixaram de as-

sumir o papel de delegados de disciplina e passaram a desempenhar o papel de par pedagógico. Esta tarefa tem vindo a ser feita a nível nacional.

Reforma do plano de estudos do ensino secundário e dos programas

Uma das linhas que consideramos fundamentais foi a da reformulação e fixação do plano de estudos e programas do ensino secundário. Fora publicada legislação fundamental (lei de bases) e estava em curso a reforma do ensino básico, exigindo a coerência vertical do currículo geral do ensino.

Como metodologia de trabalho para a conceção do plano de estudos e dos programas o projeto recorreu aos agentes da cooperação portuguesa e a docentes são-tomenses com experiência na lecionação. O resultado do trabalho realizado foi aferido por uma equipa externa.

O plano de estudos aprovado consta do despacho

Como dimensões fundamentais da reforma curricular indicamos:

- Manutenção de dois ciclos do ensino secundário: 1º da 7ª à 9ª classes e 2º da 10ª à 12ª classes;
- Manutenção de cursos de ensino geral e criação de cursos de educação profissional nos 2 ciclos de ensino;
- Definição em todos os cursos das componentes de formação geral (Língua Portuguesa, Francês, Inglês, Matemática, Educação Física no primeiro ciclo e Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Integração Social e Filosofia no segundo ciclo) de formação específica e de formação tecnológica;
- Introdução do sistema de avaliação continua da aprendizagem (avaliação sumativa interna da aprendizagem é da responsabilidade do conselho de turma com base na proposta do docente e concretiza-se na atribuição de classificações no final dos 1º, 2º e 3º períodos letivos sendo as duas ultimas resultado de 40% da classificação atribuída no período anterior);
- Definição de áreas de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino secundário;
- Validação da certificação obtida para a mudança dos alunos entre os dois tipos de formação.

Os programas disciplinares foram elaborados pelo mesmo grupo de trabalho, assentes nos seguintes pressupostos:

- Obediência aos princípios que se encontram expressos na Lei de Bases do Sistema Educativo (lei 2/2003);
- Definição de finalidades, objetivos, conteúdos, metodologias, recursos;
- Articulação com o ensino básico.

A implementação da reforma curricular tem vindo a ser feita gradualmente, por

ciclos: em 2011/2012 está a decorrer a introdução da reforma da 8^a e 11^a classes. Tem sido enquadrada pelos agentes da cooperação portuguesa através de reuniões mensais com os docentes dos anos de escolaridade da reforma, onde para além da planificação de conteúdos, métodos e processos de avaliação, são identificados aspetos a melhorar no âmbito dos programas. As reuniões de formação também têm vindo a ser asseguradas no Príncipe. Nos cursos de ensino geral, 1^o ciclo, a componente tecnológica faz-se pela disciplina de educação visual e oficial, nos 3 anos de escolaridade e nos cursos de educação profissional essa componente faz-se pelas disciplinas de educação visual e oficial, tecnologias específicas e oficinas específicas. O plano de estudos da educação profissional até ao momento só foi implementado em 4 escolas secundárias (Bombom, Neves, Santana e Príncipe) pela obrigatoriedade de criação de condições de funcionamento: espaços e recursos humanos. Nas escolas referidas rentabilizou-se a existência de oficinas locais de carpintaria e costura, existindo portanto uma dependência entre nos cursos criados e os recursos já existentes. Foram constituídas 1 turma por escola (30 alunos) que se subdivide na componente tecnológica em grupos de 10 alunos.

Os cursos secundários profissionalmente qualificantes continuam a funcionar apenas no liceu nacional. No âmbito da reforma mantiveram-se os já existentes de Gestão e Administração, Informática, Tecnologias Industriais (variantes de construção civil e eletricidade), Arte e Design, Humanísticas/turismo e foram criados os de Produção Agrícola e Animal e Desporto. Estes cursos têm vindo a funcionar alternadamente, fruto da dependência dos recursos físicos, disponíveis apenas no liceu nacional e dos recursos humanos. Estes foram constituídos sobretudo por agentes da cooperação mas tem-se verificado uma apropriação gradual a nível da lecionação e da gestão por parte da gestão do liceu e do corpo docente são-tomense.

Ao longo da implementação dos cursos têm sido identificados alguns constrangimentos: a fraca publicidade aos mesmos nas escolas secundárias do país, a visão redutora de alunos e famílias face a vertente tecnológica da formação, a deficiente relação entre a formação e o mercado de trabalho e a dificuldade na implementação de estágios profissionais.

Alguns destes cursos poderão ser implementados de forma descentralizada, caso da Agro-Pecuária, para a qual se estuda uma parceria com o Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-Pecuário e com a Escola Secundária da Trindade.

Elaboração de textos de apoio

O projeto previu a elaboração de manuais pedagógicos, dimensão que foi substituída pela elaboração de textos de apoio dada a impossibilidade financeira do projeto ESCOLA + custear a conceção, edição e difusão de manuais para todo o secundário e a nível nacional. As tentativas de assunção por parte do MEC dos manuais de ensino até ao momento não deram frutos. Aliás não há unanimidade de opiniões sobre a necessidade de manuais específicos de São Tomé e Príncipe em todas as disciplinas do ensino secundário. Os agentes da cooperação portuguesa

têm assumido esta vertente do projeto: os textos são elaborados pelos docentes das disciplinas e são disponibilizados no formato de *sebentas* aos alunos a preços simbólicos. A sua elaboração, coordenada com o calendário da introdução da reforma do programa disciplinar, tem permitido a alunos e professores disporem de materiais de orientação e estudo e tem alterado formas rotineiras de lecionação de conteúdos através de ditados e copias de apontamentos escritos no quadro. Os atuais textos de apoio, testados, podem constituir uma base para a produção de manuais, se tal for o entendimento do MEC.

Criação de Mecanismos de Supervisão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação

Apesar da constituição na lei orgânica do MEC do serviço de inspeção, este existe apenas ao nível do ensino básico. Na década de 90 foram nomeados metodólogos por disciplina do ensino secundário, com funções de supervisão pedagógica a nível nacional. Atualmente essa função, no âmbito de algumas disciplinas, tem vindo a ser bastante restrita. Não existe avaliação do sistema da escola nem avaliação do desempenho docente. Para colmatar esta situação foi iniciado e ainda está decorrer o curso de formação para inspetores do ensino secundário.

O Plano curricular do curso de formação é o seguinte:

Unidades Curriculares	Objetivos	Número de Horas
Administração educativa e Inspeção da educação	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre os domínios de intervenção da inspeção, relacionando-os com os objetivos a atingir com os objetivos Promover a aquisição de competências necessárias a realização das atividades de inspeção Refletir sobre o papel da inspeção na criação de uma Escola de Qualidade 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Organização Escolar	<ul style="list-style-type: none"> Promover a reflexão sobre a organização do sistema educativo Relacionar entre si, dimensões do sistema Relacionar a organização do sistema com as suas finalidades 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Supervisão pedagógica e técnicas de observação	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aquisição de técnicas necessárias a realização da supervisão Relacionar a supervisão com qualidade da Escola 	30h presenciais 30 h de trabalho autónomo
Avaliação das Escolas	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre o contributo da avaliação externa para a qualidade do sistema educativo Promover a aquisição de competências para a realização da actividade de avaliação 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Avaliação da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre metodologias, técnicas e instrumentos de avaliação das aprendizagens Promover a integração da avaliação das aprendizagens no acto global de ensinar-aprender 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Relações Interpessoais e gestão de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aprendizagem de estratégias promotoras do desenvolvimento humano Estimular a construção de uma atitude de observação, pesquisa e reflexão face ao contexto educativo de S. Tomé e Príncipe Contribuir para a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e profissionais de relacionamento Promover a aquisição de técnicas de mediação 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo

Princípios e técnicas de auditoria	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aquisição de técnicas de auditoria dos actos de gestão praticados pelas escolas Promover a reflexão sobre os princípios enquadreadores dessa actividade Relacionar a auditoria com a implementação da Qualidade na Escola 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Procedimento administrativo	<ul style="list-style-type: none"> Analisar os princípios fundamentais expressos no código de procedimento administrativo procedimento administrativo de procedimento administrativo Analisar actos administrativos que a escola no exercício das suas funções tem que realizar 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Provedoria e Ação Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"> Reflectir sobre os objectivos desta dimensão inspectiva Promover a aquisição de competências de atendimento a utentes e actores da educação Promover a aquisição de competências na organização de processos disciplinares 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Ética e Deontologia Profissional	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre a função da ética e e Deontologia Profissional na qualidade da escola Refletir sobre importância da ética e deontologia profissional do desempenho das funções dos vários intervenientes no sistema educativo 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Projeto	<ul style="list-style-type: none"> Integrar as aprendizagens anteriores e aplica-las em situações praticas. Nesta unidade curricular o formando deve desenvolver um projeto de trabalho devidamente fundamentado, a partir de situações concretas relacionadas com a gestão do currículo e supervisão escolar. 	15 h presenciais 30 h trabalho autónomo

Tabela 3 - Plano curricular do curso de Formação de Inspectores do Ensino Secundário.

O curso esta ser frequentado por 11 formandos, docentes do ensino secundário e superior, selecionados através de análise curricular. Irá decorrer de forma presencial e intensiva ao longo de quatro semestres.

Durante a implementação ao longo de três anos do projeto Escola + foram identificadas outras dimensões, nas quais se tornou necessário intervir na medida em que condicionavam o sucesso da reforma em curso:

Melhoria das infraestruturas escolares

Os espaços escolares constituem um dos grandes problemas uma vez que a construção escolar não tem acompanhado a evolução dos efetivos escolares. A utilização em permanência dos espaços (3 turnos), a elevada ocupação das salas (número elevado de alunos por turma), a falta de recreios e espaços desportivos que implica a permanência continua dos alunos nas salas, aceleram a degradação dos espaços que não é combatida por um trabalho de manutenção e conservação. Em espaços degradados a existência e conservação de recursos pedagógicos é quase impossível. Daí que a melhoria qualitativa do ensino secundário exigiu intervenções para beneficiação física das escolas e reforço dos equipamentos. Foram utilizados, sempre que possível, recursos locais.

No primeiro ano de projeto, optou-se pela reabilitação do Liceu Nacional, escola de referência do país, procurando melhorar as condições de ensino para professores e alunos e, ao mesmo tempo, dar um sinal de mudança que tivesse repercussões nos comportamentos e atitudes face à escola por parte da comunidade educativa. Foram feitas intervenções em 43 salas (pintura geral, construção de portas, mudanças de fechaduras, vidros, fechos, dobradiças). Foi igualmente constituída uma nova biblioteca, um balneário, reabilitadas as casas de banho e criado o Centro de Recursos

e de Formação.

Nas outras escolas, ao longo do segundo ano do projeto foram criadas salas de educação visual e oficial, reabilitadas casas de banho, criados ou reabilitados espaços desportivos. Todas as escolas foram equipadas com equipamento básico de reprografia e materiais de apoio pedagógico (mapas, equipamento específico para os cursos profissionalizantes, equipamentos para a prática desportiva, equipamento para a Biblioteca e Oficina de língua portuguesa e material de laboratório para o liceu nacional).

Durante o ano letivo 2011-2012 foi inaugurado uma nova escola secundária em Trindade para onde foram canalizados os alunos da 12^a classe regular do liceu nacional e os alunos das 8^a e 9^a classes da antiga escola secundária de Trindade. Foram ainda transformadas em escolas básicas-secundárias Desejada e Patrice Lumumba (eram apenas do ensino básico). Apesar destas medidas deve haver um esforço de construção de novas salas a nível nacional e a canalização dos alunos da 7^a classe para as escolas básicas com o objetivo da diminuição da razão aluno/turma/sala avulsa os problemas de espaço já existentes nessas escolas onde a saturação do espaço é frequente (80 alunos por sala, 3 alunos por carteira, alunos de pé na sala). A vontade política de aumentar a frequência do ensino secundário exige a construção de espaços escolares com qualidade.

Implementação de cursos de complemento de formação

A maior parte dos docentes do ensino básico e secundário não tem habilitações para a docência e o estatuto da carreira docente torna obrigatória a formação a nível de licenciatura para lecionação no 2^o ciclo do ensino secundário. A formação científica pedagógica constitui uma das necessidades do sistema de ensino e como contributo para a resolução do problema foram implementados, cursos de complemento de formação em ensino da físico-química, ensino da biologia e ensino da matemática, numa parceria entre o Instituto Superior Politécnico de São Tomé e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria. Estes cursos, com a duração de 3 semestres, funcionam em regime presencial pós-laboral e a distância e estão a ser frequentados por 40 alunos. O plano de estudos resultou das propostas conjuntas das duas instituições parceiras. Tem havido a preocupação com o desenvolvimento de formação reflexiva e contextualizada. A formação a distância, aliada a disciplinas específicas na área da didática, tem implicado uma forte mobilização para a utilização dos recursos informáticos. As disciplinas de projeto e de investigação aplicada têm possibilitado a experimentação de metodologias ativas e a criação de materiais didáticos.

Criação de legislação

A implementação da reforma do ensino secundário veio exigir o desenvolvimento do enquadramento legal, uma vez que a legislação até então publicada se reportava a realidades que estavam a ser alteradas e em alguns domínios a legislação era inexistente. Foi publicada a seguinte legislação no quadro da reforma:

- Decreto-lei nº 27/2010 que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens referentes ao 1º e 2º ciclos do ensino secundário;
- Despacho nº38/2010 que define o modelo de organização e gestão das escolas secundárias;
- Despacho normativo nº 48 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos da 12ª classe da via ensino;
- Despacho normativo nº 49 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação do curso do ensino geral do 1º ciclo;
- Despacho normativo nº 50 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos de educação profissional do 1º ciclo;
- Despacho normativo nº 51 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos secundários profissionalmente qualificantes do 2º ciclo
- Despacho normativo nº 52 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos de ensino geral do 2º ciclo.

Foi também publicada outra legislação que não estando especificamente relacionada com a reforma do ensino secundário (estatuto da carreira docente -decreto-lei nº 5/2011 e orgânica dos ministérios do XIV governo constitucional-decreto-lei nº 32/2011) define a matriz na qual essa reforma se integra. Está em preparação legislação sobre a inspeção geral da educação.

Melhoria do funcionamento administrativo

O desenvolvimento do projeto colocou em relevo o deficiente funcionamento das escolas secundárias a nível administrativo. Com efeito apenas três escolas possuíam secretaria (Liceu Nacional, secundárias de Bombom e de Guadalupe), a maioria das escolas não dispunha de mobiliário (armários, secretárias, cadeiras), equipamento informático e meios para a organização e arquivo de documentos, o serviço administrativo vinha sendo desempenhado na totalidade ou em parte pelos órgãos de gestão ou por professores com notória falta de formação ao nível da informática, estatística, atendimento ao público, arquivo, correspondência contabilidade e tesouraria e o sistema burocrático que enquadra a atividade letiva (livros de sumários, pautas, registos de matrículas, registos de presença de alunos e professores) e o funcionamento dos órgãos de gestão (atas de funcionamento dos órgãos, decisões...) era muito deficitário.

No âmbito do projeto foi definido um plano de ação nacional que foi implementado a partir de 2010/2011 e que passa pela disponibilização de recursos materiais básicos e pela formação para a criação de alguns serviços administrativos e exigência de melhoria dos existentes. Alguns documentos foram padronizados e difundidos a nível nacional (ficha-tipo do diretor de turma, ficha-tipo de observação de aulas pelo delegado de disciplina, dossier de turma).

Sentidos da evolução

O projeto está no 3º ano de implementação, sendo o 4º ano vocacionado para o alargamento da reforma curricular às 9º e 12º classes, para conclusão da formação dos inspetores do ensino secundário e para a consolidação dos eixos já executados.

A análise atenta do **Projeto Escola +** permite-nos identificar eixos que merecem reflexão e que podem ser considerados em projetos futuros. São eles:

- Enquadramento legal-alguns domínios continuam sem enquadramento legal (estatuto do aluno, avaliação da escola, formação profissional...). Alguma da legislação publicada não tem sido implementada por falta de regulamentação;
- Deficiente intervenção ou falta de auxiliares de ação educativa- os auxiliares da ação educativa não tem perfil para o desempenho de funções educativas e a falta de atenção a estes agentes tem permitido que se ocupem de outras atividades que não se coadunam com o sistema educativo;
- Programas muito próximos dos programas portugueses - o tempo e as condições disponibilizadas, para a sua elaboração, levaram a considerar-se como recurso mais acessível o currículo português, daí que se torne fundamental a integração nos programas das informações retiradas na testagem em curso;
- Centralização da administração e gestão do sistema - apesar da criação de legislação e da formação disponibilizada há falta de autonomia e de assunção de funções pelos órgãos de gestão;
- Falta de recursos humanos e materiais - os recursos materiais são objeto de utilização massificada pelo que a sua deterioração continua muito rápida e são sempre insuficientes. A formação docente não acompanha as necessidades do sistema educativo e os baixos salários, a inexistência de formação contínua e especializada tem contribuído para a não fixação de docentes. Na área das expressões e na educação física não existe no país formação superior;
- Descrença no sistema - a comunidade educativa na sua generalidade não está mobilizada para acompanhar e intervir no sistema educativo , onde paulatinamente se vão fazendo esforços para a implementação de uma cultura de rigor, de eficácia e de avaliação;
- Proximidade das vertentes política e técnica em todo o sistema de educação - a dificuldade na “separação das águas” tem trazido grande mobilidade aos quadros e alguma instabilidade de procedimentos;
- Necessidade de sustentabilidade da reforma-as mudanças precisam de tempo para se expurgarem do que é acessório ou desadequado e consolidarem o que é fundamental. Devem ser sistémicas no sentido em que se realizam em contextos específicos, tem marcas temporais e exigem a apropriação a vários níveis por parte dos atores que nelas participam. A afirmação de senso comum “não se reforma por decreto” tem toda a propriedade no caso da reforma do sistema de ensino secundário de São Tomé e Príncipe.